

HABEAS CORPUS Nº 502.364 - MS (2019/0094776-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : CARLOS ALBERTO FERREIRA DO PRADO
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO FERREIRA DO PRADO - MS015999
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ANDRE LUIZ PINHEIRO DOMINGOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRE LUIZ PINHEIRO DOMINGOS, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que denegou a ordem no HC n. 1401965-57.2019.8.12.0000.

Alega o impetrante, em síntese, a ausência de fundamentação idônea apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, tendo em vista que o denunciado é primário, possui residência fixa e trabalho lícito.

Assevera que se mostra desproporcional a custódia, sendo devida a imposição de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Sustenta que o segregado preenche os requisitos para responder ao processo em liberdade, sendo devida a revogação da custódia antecipada.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, a fim de que possa responder à ação penal solto, expedindo-se, consequentemente, alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada ao paciente, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (fls. 38/39):

Estão presentes no vertente caso os requisitos e fundamentos imprescindíveis à manutenção da prisão preventiva, quais sejam, o fumus commissi delicti, comprovado pela suficiência dos indícios de autoria e materialidade do fato delituoso, e o periculum libertatis, consubstanciado pela necessidade de garantia da ordem pública, afetada, na situação, pela periculosidade do paciente.

Consta da denúncia que das ameaças teriam sido vítimas não só Jhully Paganotti Vilanova, mas também Débora Paganotti Monteiro de Souza e Almides Paganotti de Souza, genitora e avó da primeira vítima.

[...]

Diante dos elementos concretos disponíveis, no caso, a prisão preventiva está devidamente justificada. A materialidade do fato delituoso está evidente. Os indícios quanto à autoria são suficientes para a sua manutenção.

Assim, com enfoque nesses aspectos, está comprovado que a conduta do paciente, de fato, importou em ofensa à ordem pública, diante da sua periculosidade evidenciada pela circunstâncias fáticas acima transcritas.

Desse modo, a necessidade da prisão cautelar do paciente é manifesta.

O paciente veio aos autos apresentar Memoriais às fls. 69-71, com documentos de fls. 72-77, defendendo a revogação da prisão preventiva, com base nas declarações de fl. 72, por ter a vítima Jhully requerido a revogação das medidas protetivas, por não mais se sentir ameaçada.

No entanto, tenho que a prisão deve ser mantida, primeiramente, porque ainda que a vítima Jhully tenha requerido a revogação da prisão preventiva, o paciente foi denunciado pelo crime de ameaça contra duas outras vítimas.

Além disso, pelo que consta do documento de fl. 77, a vítima declara que deseja a revogação da medida protetiva, “Porque a filha dele está sentindo muito a falta dele e as coisas estão difícil sem a ajuda financeira dele.” Isso vai de encontro com a declaração de fl. 72, deixando mais transparecer que não deseja a revogação das medidas protetivas por não mais se sentir ameaçada, mas sim por necessidade, o que não cabe admitir, diante da necessária proteção à vítima.

Desse modo, pelos elementos acima expostos, respeitosamente, divirjo do Relator, eis que não vislumbro qualquer ilegalidade ou constrangimento a ser sanado pela via do presente remédio constitucional, vez que a custódia preventiva do paciente realmente atende aos pressupostos e condições que determinam a imposição da medida.

Assim, entendo que inexistente constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estariam sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito da impetração, devendo o caso concreto ser analisado mais

detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra o paciente, encaminhando a esta Corte Superior cópia de eventual sentença proferida e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional do denunciado.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator